REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

CAMPANHA FAÇA BONITO NO CONTEXTO ESCOLAR: ESCUTA E PROTEÇÃO DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FAÇA BONITO CAMPAIGN IN THE SCHOOL CONTEXT: LISTENING AND PROTECTION IN THE FACE OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS

CAMPAÑA FAÇA BONITO EN EL CONTEXTO ESCOLAR: ESCUCHA Y PROTECCIÓN FRENTE A LA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES

Sarah Pinheiro Barbosa
Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: sarahpinheiro.barbosa@gmail.com

Simone Malveira Guimarães Lima
Mestrado, Faculdade de Venda Nova do Imigrante, Brasil
E-mail: profe.simone.malveira@gmail.com

Therezinha Ruiz de Oliveira
Especialização, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: professoratherezinharuiz@hotmail.com

Márcio Bentes Lima
Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Brasil
E-mail: marciobentes@yahoo.com.br

Maria Izania Alves de Souza
Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: izaniasouza.is@gmail.com

Paula Francinette Sa Mota
Mestrado, Universidad de La Integración de Las Américas, Paraguai
E-mail: paula2013sa@gmail.com

Diego Pacheco Sobrinho
Especialização, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: diego.pachecosobrinho@gmail.com

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

Alexandra Calderaro Queiroz
Doutorado, Universidad Del Museo Social Argentino, Argentina
E-mail: dra.alexandracalderaro@gmail.com

Sabrina Pinheiro Barbosa Albuquerque
Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: sabrina.pinheiro@educacao.am.gov.br

Hulda Helem Oliveira Soares
Doutorado, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal
E-mail: huldasoares@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre a realização de uma ação educativa alusiva à Campanha Faça Bonito, vinculada ao 18 de maio, data nacional de mobilização pelo combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A ação contou com palestra, momentos de diálogo, orientações sobre proteção integral, prevenção da violência sexual e espaço reservado para participação anônima dos estudantes por meio de bilhetes escritos. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativa, fundamentado na observação da atividade, nos registros escolares e na escuta sensível dos estudantes por meio de bilhetes anônimos. Os resultados indicam que a escola se constitui como espaço estratégico de proteção, escuta e encaminhamento, sobretudo quando cria condições de acolhimento para que adolescentes expressem dores emocionais, inseguranças, experiências de violência verbal, bullying, preconceito, medo, conflitos familiares e possíveis violações de direitos. Conclui-se que ações educativas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes devem ser compreendidas não como eventos isolados, mas como parte de uma política permanente de cuidado, formação docente, fortalecimento da gestão escolar e articulação intersetorial com a rede de proteção.

Palavras-chave: Campanha Faça Bonito; violência sexual; proteção integral; escola pública; escuta de estudantes.

Abstract

This article presents a case study on the implementation of an educational action related to the Faça Bonito Campaign, linked to May 18, the national date of mobilization to combat the sexual abuse and exploitation of children and adolescents. The action included a lecture, moments of dialogue, guidance on comprehensive protection, prevention of sexual violence, and a reserved space for students' anonymous participation through written notes. Methodologically, this is a qualitative case study, with a descriptive and interpretive approach, grounded in the observation of the activity, school records, and the sensitive listening to students through anonymous notes. The results indicate that the school constitutes a strategic space for protection, listening, and referral, especially when it creates welcoming conditions for adolescents to express emotional pain, insecurities, experiences of verbal violence, bullying, prejudice, fear, family conflicts, and possible violations of rights. It is concluded that educational actions addressing sexual violence against

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

children and adolescents should not be understood as isolated events, but rather as part of a permanent policy of care, teacher training, strengthening of school management, and intersectoral articulation with the protection network.

Keywords: Faça Bonito Campaign; sexual violence; comprehensive protection; public school; student listening.

Resumen

El presente artículo presenta un estudio de caso sobre la realización de una acción educativa alusiva a la Campaña Faça Bonito, vinculada al 18 de mayo, fecha nacional de movilización para el combate al abuso y a la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes. La acción incluyó una conferencia, momentos de diálogo, orientaciones sobre protección integral, prevención de la violencia sexual y un espacio reservado para la participación anónima de los estudiantes por medio de notas escritas. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso de naturaleza cualitativa, con enfoque descriptivo e interpretativo, fundamentado en la observación de la actividad, en los registros escolares y en la escucha sensible de los estudiantes mediante notas anónimas. Los resultados indican que la escuela se constituye como un espacio estratégico de protección, escucha y derivación, sobre todo cuando crea condiciones de acogida para que los adolescentes expresen dolores emocionales, inseguridades, experiencias de violencia verbal, bullying, prejuicio, miedo, conflictos familiares y posibles vulneraciones de derechos. Se concluye que las acciones educativas sobre violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes deben ser comprendidas no como eventos aislados, sino como parte de una política permanente de cuidado, formación docente, fortalecimiento de la gestión escolar y articulación intersectorial con la red de protección.

Palabras clave: Campaña Faça Bonito; violencia sexual; protección integral; escuela pública; escucha de estudiantes.

1. Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das formas mais graves de violação de direitos humanos, produzindo impactos profundos sobre a vida, a subjetividade, a escolarização e o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública evidenciam que crianças e adolescentes permanecem entre os grupos mais vulnerabilizados diante das diferentes formas de violência sexual no Brasil, especialmente em contextos marcados por relações de confiança, silenciamento e fragilidade dos vínculos protetivos. Os dados revelam não apenas a persistência das violações, mas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

também a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção, acolhimento e responsabilização institucional.

Nesse cenário, a escola ocupa posição estratégica no Sistema de Garantia de Direitos, pois muitas situações de sofrimento aparecem inicialmente no cotidiano escolar por meio de mudanças comportamentais, medo, isolamento, queda no rendimento, agressividade, silêncios persistentes ou manifestações emocionais indiretas. Mais do que espaço de aprendizagem formal, a instituição escolar constitui ambiente de convivência humana, escuta, observação e construção de vínculos protetivos.

Conforme discutem estudos voltados à educação protetiva e a escuta de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, o enfrentamento à violência exige que a escola ultrapasse ações pontuais e desenvolva práticas permanentes de acolhimento, formação continuada e articulação intencional com a rede de proteção. Nesse contexto, campanhas educativas como o Maio Laranja e a Campanha Faça Bonito assumem importante função pedagógica e social ao promover informação, sensibilização e fortalecimento da cultura de proteção integral.

No contexto brasileiro, o enfrentamento a essa problemática exige ações articuladas entre família, escola, Estado, sistema de justiça, assistência social, saúde, segurança pública e sociedade civil.

O 18 de Maio, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000, como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tornou-se uma data de mobilização social em defesa da infância e da adolescência. A Campanha Faça Bonito, associada simbolicamente à flor amarela/laranja, tem contribuído para ampliar o debate público sobre prevenção, denúncia, acolhimento e responsabilização diante das diferentes formas de violência sexual.

Além disso, o fortalecimento das políticas de proteção à infância no Brasil ganhou novos contornos com a promulgação da Lei 13.431/2017 e o Decreto nº. 9603/2018, que estabelecem diretrizes para o SGDCA vítima ou testemunha de violência. Esses dispositivos normativos reforçam a necessidade de atuação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

articulada entre escola, saúde, assistência social, segurança pública e sistema de justiça, reconhecendo a escuta protegida e o atendimento humanizado como princípios fundamentais no enfrentamento às violências.

No cenário escolar, essa temática assume centralidade, pois a escola é uma das instituições que convivem cotidianamente com crianças e adolescentes e, portanto, pode identificar sinais de sofrimento, acolher manifestações de insegurança e orientar os estudantes sobre seus direitos. A escola, nesse sentido, não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos curriculares, uma vez que também participa da formação humana, da socialização, da convivência democrática e da garantia de direitos.

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a realização de uma ação alusiva à Campanha Faça Bonito em uma escola pública estadual de Manaus. Embora a ação tenha ocorrido em uma unidade escolar concreta, optou-se pelo uso do nome fictício Escola Estadual Esperança da Floresta, em substituição ao nome real da escola, com a finalidade de preservar a identidade institucional e proteger estudantes, professores e demais sujeitos envolvidos, especialmente em razão da sensibilidade dos relatos produzidos durante a atividade.

A experiência analisada envolveu aproximadamente 210 estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, professores, equipe gestora e pedagógica e parceiros institucionais vinculados à pauta dos direitos de crianças e adolescentes. A atividade configurou-se como um momento de diálogo, orientação e mobilização coletiva, mas também revelou a existência de dores silenciosas, medos, conflitos familiares, experiências de preconceito, bullying e possíveis situações de violência ou violação de direitos.

O objetivo deste artigo é analisar a ação da Campanha Faça Bonito como experiência escolar de sensibilização, escuta e proteção, buscando compreender seus significados pedagógicos, os principais temas emergentes nos bilhetes anônimos produzidos pelos estudantes e os encaminhamentos necessários para o fortalecimento da gestão escolar, da formação docente e da rede de proteção.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

2. Revisão da Literatura

2.1 Proteção integral, violência sexual e escuta no contexto escolar

A proteção de crianças e adolescentes constitui princípio estruturante do ordenamento jurídico brasileiro e deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente consolidam a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a proteção não se limita a intervenção diante da violência já instalada, mas envolve atenção, contínua, acolhimento, fortalecimento de vínculos, identificação, de vulnerabilidades, e atuação articulada entre os diferentes atores da rede de proteção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990, art. 5º). Essa formulação legal é fundamental para compreender que a proteção integral não se limita à intervenção posterior à violência, mas pressupõe prevenção, identificação de sinais de sofrimento, acolhimento, orientação e encaminhamento adequado. Nessa direção, a Lei 13.431/2017 reforça a necessidade de atuação integrada dos serviços da rede de proteção, reconhecendo que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, possuem direitos específicos, relacionados à escuta, ao acolhimento, à preservação da dignidade e a proteção contra práticas revitimizadoras.

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui fenômeno complexo, atravessado por relações de poder, silenciamento, medo, vergonha, dependência afetiva e fragilidades institucionais. Ela pode se manifestar por meio do abuso sexual, da exploração sexual, do assédio, da coerção, da exposição indevida, da manipulação emocional e de outras práticas que violam a dignidade, o corpo e a subjetividade de crianças e adolescentes. Dados recentes do 19º Anuário Brasileiro de segurança Pública demonstram que as violências contra crianças e adolescentes também assumem novas configurações associadas ao ambiente,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

digital, incluindo, exposição sexual, cyberbullying, intimidação virtual e produção de material de abuso sexual infantil ampliando os desafios enfrentados pelas famílias, escolas e instituições da rede de proteção.

Muitas vezes, essas violências, não aparecem de forma explicita, mas por meio de alterações comportamentais, retraimentos, medos persistentes, mudanças emocionais, dificuldades de aprendizagem ou silêncios prolongados que atravessam o cotidiano escolar. Nesse contexto, a sensibilidade dos profissionais da educação torna-se elemento fundamental para perceber sinais que, embora discretos, podem representar pedidos silenciosos de ajuda.

A literatura sobre violência contra crianças e adolescentes indica que tais violações não podem ser interpretadas apenas como episódios individuais ou desvios isolados de conduta. Elas se relacionam com estruturas familiares, sociais, econômicas e culturais que podem produzir silenciamento, naturalização da violência e dificuldade de denúncia. Faleiros (2000) contribui para essa compreensão ao situar a violência contra crianças e adolescentes no campo das relações assimétricas de poder, nas quais segredo, medo e vulnerabilidade operam como mecanismos de manutenção da violação.

Para Minayo (2006), a violência deve ser compreendida como fenômeno social e histórico, relacionado às condições de vida, às relações interpessoais e as formas de organização da sociedade. Essa perspectiva permite compreender que os bilhetes anônimos produzidos pelos estudantes não expressam apenas sentimentos individuais, mas também mediações familiares, escolares e sociais que atravessam suas experiências de vida.

A Campanha Faça Bonito, vinculada ao 18 de maio, insere-se nesse movimento de enfrentamento público à violência sexual. A data possui função social e pedagógica, pois contribui para romper o silêncio, ampliar a informação, fortalecer canais de denúncia e mobilizar a sociedade em torno da defesa da infância e da adolescência.

No contexto escolar, ações dessa natureza assumem relevância ainda maior, pois possibilitam que os estudantes reconheçam situações de violência, compreendam seus direitos e identifiquem adultos e instituições de referência para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

buscar ajuda. Ainda assim, para que a escola seja percebida como espaço seguro, não basta apenas informar sobre violência ou apresentar canais de denúncia. É necessário construir uma cultura de acolhimento, respeito e confiança, na qual crianças e adolescentes sintam que serão ouvidos sem julgamentos, exposição ou descrédito. Entretanto, a abertura de espaços de fala exige responsabilidade institucional. A escuta de estudantes não pode ser improvisada, banalizada ou transformada em exposição pública de vivências sensíveis.

Acolher não significa investigar, pressionar ou exigir detalhes da vítima, mas criar condições éticas e seguras para que ele possa ser ouvido sem medo, julgamento ou revitimização. Nesse processo, torna-se fundamental que a equipe escolar compreenda os limites entre escuta pedagógica, acolhimento institucional e escuta especializada.

A Lei nº 13.431/2017, ao regulamentar o SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência, define a escuta especializada como procedimento realizado perante órgão da rede de proteção, “limitado o relato estritamente ao necessário” (BRASIL, 2017, art. 7º). Essa orientação é essencial para o trabalho escolar, pois indica que a escola deve acolher, proteger e encaminhar, mas não deve assumir função investigativa. O Decreto nº 9.603/2018 reforça essa perspectiva ao estabelecer princípios relacionados a proteção integral, ao acolhimento e a prevenção da revitimização compreendida como prática institucional que submete crianças e adolescentes a exposições desnecessárias, repetitivas ou constrangedoras. No contexto escolar, isso significa reconhecer que escutar não é pressionar a vítima a falar, insistir em detalhes ou transformar sua dor em curiosidade institucional, mas oferecer proteção ética, segurança emocional e encaminhamento responsável.

2.2 Formação docente e gestão escolar diante de temas sensíveis

A abordagem de temas sensíveis no cotidiano escolar exige formação teórica, ética e procedimental. A violência sexual contra crianças e adolescentes é frequentemente reconhecida pelos profissionais da educação como temática

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

delicada, seja pela gravidade do conteúdo, seja pelo receio de provocar sofrimento, exposição ou relatos para os quais a escola não se sente preparada. Todavia, a delicadeza do tema não pode resultar em silêncio, omissão ou insegurança institucional diante de possíveis violações de direitos.

Muitas vezes, professores e equipes pedagógicas identificam sinais de sofrimento, mas não sabem como acolher, registrar ou encaminhar adequadamente determinadas situações, especialmente quando envolvem medo, silêncio, vergonha ou relatos indiretos de violência.

Em muitos contextos escolares, o medo de lidar inadequadamente com situações sensíveis faz com que profissionais hesitem diante de sinais importantes de sofrimento. A insegurança relacionada aos procedimentos, ao sigilo, aos encaminhamentos e as possíveis consequências institucionais frequentemente produz silenciamentos involuntários dentro da própria escola. Por essa razão, fortalecer a formação continuada não significa apenas transmitir informações técnicas, mas desenvolver segurança ética, sensibilidade humana e compreensão dos limites da atuação pedagógica.

Nesse processo, a construção de uma escola protetiva depende da criação de vínculos de confiança entre estudantes e profissionais da educação. Crianças e adolescentes dificilmente revelam situações de violência em ambientes percebidos como julgadores, punitivos ou emocionalmente inseguros. Muitas vezes, pedidos de ajuda aparecem, inicialmente em comportamentos, considerados “problemas disciplinares”, quando, na realidade, expressam sofrimento emocional, medo, abandono ou vulnerabilidade.

Freire afirma que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a formas discriminatórias de relação pedagógica” (FREIRE, 1996, p. 35). Essa compreensão é relevante para pensar a atuação docente diante de temas que desafiam práticas escolares tradicionais, pois educar também implica assumir uma postura ética perante situações de sofrimento, preconceito, violência e negação de direitos. Nesse contexto, a escuta sensível torna-se parte do próprio compromisso pedagógico, uma vez que muitos estudantes expressam sofrimento não por meio

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

de relatos diretos, mas através de mudanças comportamentais, silêncios persistentes, isolamento, medo ou dificuldades de convivência.

A formação docente, nesse campo, precisa contemplar conhecimentos sobre proteção integral, direitos de crianças e adolescentes, sinais de violência, acolhimento inicial, sigilo, prevenção da revitimização, limites da atuação escolar, canais de denúncia e fluxos de encaminhamento. A escola não deve investigar, interrogar ou expor estudantes, mas deve reconhecer sinais de sofrimento, acolher sem julgamento e acionar a rede de proteção quando necessário. A Lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9603/2018 reforçam que a escuta da criança e do adolescente ocorra de forma protegida, limitada ao necessário e articulada a rede de garantia de direitos, evitando práticas institucionais invasivas ou repetitivas que possam ampliar o sofrimento da vítima.

Além das violências presenciais, a escola contemporânea também precisa lidar com situações relacionadas a exposição digital, cyberbullying, compartilhamento indevido de imagens, assédio virtual e circulação de conteúdos íntimos envolvendo adolescentes. Dados recentes do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstram que as violências mediadas pelas tecnologias digitais têm impactado diretamente a saúde emocional, a autoestima e a segurança de crianças e adolescentes, exigindo novas formas de prevenção e orientação no ambiente escolar.

Nesse contexto, o preparo dos profissionais da educação precisa contemplar não apenas o reconhecimento de sinais físicos ou comportamentais de violência, mas também a compreensão das dinâmicas de exposição silenciamento e sofrimento produzidas nos ambientes virtuais. A atuação ética da escola exige equilíbrio entre acolhimento, proteção, preservação do sigilo e encaminhamento responsável junto a rede de proteção.

A gestão escolar possui papel central nesse processo. Cabe à gestão organizar procedimentos internos, orientar a equipe, assegurar o sigilo dos registros, articular a escola com a rede de proteção e garantir que ações de prevenção não se limitem a eventos pontuais. A gestão também deve criar condições institucionais para que professores se sintam preparados e apoiados ao

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

abordar temas sensíveis com os estudantes. Nesse sentido, a construção de fluxos institucionais claros, protocolos de encaminhamento e espaços permanentes de formação fortalece a atuação da escola como espaço protetivo e reduz práticas improvisadas diante de situações de violência.

Campanhas como o Maio Laranja e a Campanha Faça Bonito precisam estar articuladas ao projeto político-pedagógico, às ações de convivência escolar, às práticas de cuidado, aos protocolos institucionais e à formação continuada dos profissionais. Quando a escola abre espaço para a fala dos estudantes, emergem sofrimentos que, muitas vezes, estavam ocultos. Por isso, a escuta precisa ser acompanhada de preparo institucional.

A formação da gestão e dos docentes constitui condição indispensável para que a escola atue como espaço de proteção, e não apenas como local de identificação de problemas. Ao compreender os princípios da proteção integral, os limites da escuta pedagógica e os fluxos de encaminhamento, a equipe escolar amplia sua capacidade de agir de forma ética, segura e responsável diante de situações de sofrimento, violência ou violação de direitos. Em um contexto marcado pelo crescimento das violências que atravessam a infância e a adolescência, incluindo bullying, violência emocional e intimidação virtual, fortalecer a cultura institucional de acolhimento e proteção torna-se parte essencial do compromisso educativo da escola contemporânea.

Mais do que responder a situações já instaladas, a escola precisa fortalecer práticas preventivas permanentes, construindo uma cultura institucional baseada no cuidado, na escuta, no respeito e na proteção integral. Quando estudantes percebem que podem falar em medo de exposição ou julgamento, a escola deixa de ocupar apenas o lugar da aprendizagem formal e passa a construir também espaço legitimo de pertencimento, proteção e reconhecimento humano.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, desenvolvida a partir de estudo de caso realizado em

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

contexto escolar. A escolha pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de compreender percepções, sentimentos, manifestações subjetivas e experiências relacionadas a vivência escolar e às situações de sofrimento expressas pelos estudantes durante a atividade educativa. Considerando a complexidade das violências que atravessam a infância e a adolescência, compreende-se que determinados fenômenos não podem ser reduzidos a dados numéricos, exigindo escuta sensível, análise contextualizada e interpretação ética das experiências relatadas. Yin define o estudo de caso como uma investigação empírica que "investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade" (YIN, 2015, p. 17). Essa concepção é pertinente ao presente trabalho, uma vez que a ação da Campanha Faça Bonito não pode ser analisada de modo isolado, desvinculada da realidade escolar, das relações institucionais, da participação dos estudantes e da necessidade de articulação com a rede de proteção.

Na mesma direção, Gil compreende o estudo de caso como o "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos" (GIL, 2002, p. 54). A pesquisa, portanto, não tem como finalidade produzir generalizações estatísticas, mas compreender, em profundidade, uma experiência singular, cujos elementos podem contribuir para o debate sobre práticas escolares de prevenção, acolhimento e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a análise de dimensões subjetivas, simbólicas, relacionais e institucionais presentes na experiência. Para Minayo, a pesquisa qualitativa trabalha com o "universo de significados, motivos, aspirações" (Minayo, 2001, p. 21). No caso deste estudo, tal abordagem permite compreender os bilhetes anônimos não como dados isolados, mas como expressões de sofrimento, medo, insegurança, relações familiares, experiências escolares e possíveis violações de direitos.

A interpretação dos registros produzidos pelos estudantes foi desenvolvida a partir de aproximações com análise temática de conteúdo, inspirada em Bardin (2016), considerando recorrências discursivas, sentidos simbólicos e manifestações relacionadas ao sofrimento, ao medo e às vulnerabilidades presentes nos bilhetes anônimos. A escolha dessa perspectiva metodológica permitiu compreender os

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

registros não apenas como falas isoladas, mas como expressões atravessadas por dimensões subjetivas, familiares, escolares e sociais.

Mais do que identificar palavras recorrentes, a análise buscou interpretar sentidos presentes nas manifestações dos estudantes, observando aspectos relacionados ao silenciamento, à dificuldade de verbalização, às relações de confiança, ao sofrimento emocional e as possíveis situações de violação de direitos que emergiram durante a atividade educativa.

A experiência ocorreu no mês de maio, em uma escola pública estadual de Manaus, aqui denominada ficticiamente como Escola Estadual Esperança da Floresta. A opção pelo uso de nome fictício fundamenta-se em critérios éticos, considerando que a ação envolveu estudantes adolescentes, relatos anônimos e manifestações de conteúdo sensível. O uso da identificação fictícia visa preservar a escola, os estudantes, os profissionais e a comunidade escolar.

Participaram da ação aproximadamente 210 estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, além de professores, equipe gestora e pedagógica e parceiros institucionais vinculados à pauta da proteção integral. A atividade incluiu falas educativas, momentos de interação, apresentação sobre a Campanha Faça Bonito, mobilização simbólica do Maio Laranja e produção de bilhetes anônimos pelos estudantes.

A atividade contou ainda com a participação de palestrante convidada com experiência na área da proteção integral de crianças e adolescentes, educação protetiva e escuta no contexto escolar, responsável pela condução de parte das reflexões educativas, mediação dialógica com estudantes e sensibilização acerca das diferentes formas de violência e dos direitos de crianças e adolescentes. A participação na atividade também possibilitou observações qualitativas relacionadas as reações emocionais, aos silêncios, as formas de participação e as manifestações de acolhimento percebidas durante a ação.

Foram considerados como materiais de análise: registros da atividade, observação da participação dos estudantes, organização pedagógica da ação e bilhetes anônimos produzidos durante a atividade. Os bilhetes não foram transcritos integralmente neste artigo, em razão da natureza sensível das informações e da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

necessidade de proteger os estudantes. Optou-se, portanto, pela construção de categorias temáticas e frases-síntese anonimizadas, sem identificação individual, sem menção a turmas e sem reprodução literal de relatos potencialmente traumáticos.

A análise foi organizada em cinco eixos: sofrimento emocional e violência verbal; medo e insegurança; bullying e preconceito; violência familiar e relações abusivas; e relatos sensíveis de abuso ou violação de direitos. Essa categorização permitiu identificar recorrências nos registros dos estudantes, preservando o sigilo e evitando a exposição de experiências individuais.

A construção das categorias analíticas ocorreu de forma gradual, a partir da leitura interpretativa dos bilhetes e da identificação de recorrências relacionadas as formas de sofrimento mencionadas pelos estudantes. Embora organizadas separadamente para fins metodológicos, as categorias apresentaram inter-relações importantes, demonstrando que as experiências de violência emocional, medo, bullying, conflitos familiares e possíveis violações de direitos frequentemente aparecem de maneira articulada no cotidiano de crianças e adolescentes.

Essa compreensão reforça a necessidade de que práticas escolares de acolhimento e proteção sejam desenvolvidas de forma integrada, considerando a complexidade das experiências vividas pelos estudantes e evitando interpretações reducionistas sobre os processos de sofrimento e vulnerabilidade presentes no ambiente escolar.

Do ponto de vista ético, este estudo reconhece que a escola não possui função investigativa diante de possíveis situações de violência. Seu papel é pedagógico, protetivo e encaminhador. Desse modo, relatos que indiquem suspeita de abuso, assédio, exploração sexual ou outras violações de direitos devem ser analisados com sigilo pela equipe responsável e, quando necessário, encaminhados à rede de proteção, conforme os fluxos institucionais previstos na legislação.

Tal compreensão está alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei nº 13.431/2017 e pelo Decreto nº 9603/2018, especialmente no que se refere a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

proteção integral, a preservação da dignidade da criança e do adolescente e a prevenção de práticas institucionais revitimizadoras.

4. Resultados e Discussão

4.1 Organização e desenvolvimento da ação

A ação alusiva à Campanha Faça Bonito foi organizada como atividade educativa e de mobilização da comunidade escolar. A programação contemplou falas formativas, momentos de interação com os estudantes, apresentação sobre o tema da campanha e atividades simbólicas relacionadas ao Maio Laranja.

Durante a atividade, foram abordados aspectos relativos à proteção integral, ao respeito ao corpo, à identificação de situações de risco, aos canais de denúncia e à importância de buscar ajuda diante de qualquer forma de violência. A ação também destacou que o silêncio, muitas vezes imposto pelo medo, pela vergonha ou pela ameaça, não pode ser naturalizado.

A participação de parceiros institucionais fortaleceu a dimensão intersetorial da iniciativa, ampliando o debate para além da sala de aula e reforçando a necessidade de articulação entre escola, rede de proteção e sociedade civil. Tal articulação é necessária porque a escola, embora seja espaço privilegiado de escuta e observação, não atua sozinha no enfrentamento às violações de direitos.

Um dos momentos mais significativos da atividade consistiu na produção de bilhetes anônimos pelos estudantes, veja Figura 1. A proposta criou uma possibilidade de expressão protegida, permitindo que adolescentes registrassem sentimentos, incômodos, dores, medos e situações que os afetavam. A natureza anônima da atividade favoreceu a emergência de relatos que, possivelmente, não seriam verbalizados publicamente.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

Figura 1. Relatos anônimos dos estudantes.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A possibilidade de manifestação anônima revelou-se importante não apenas como estratégia metodológica, mas também como mecanismo de proteção emocional para os estudantes. Em muitos casos, crianças e adolescentes vivenciam situações de sofrimento acompanhadas por medo, vergonha, insegurança ou receio de não serem acreditados, o que dificulta a verbalização direta de experiências relacionadas a violência, ao preconceito ou aos conflitos familiares.

Nesse contexto, a escuta no ambiente educativo precisa ser compreendida como prática ética de acolhimento e proteção, e não apenas como coleta de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

informações. Quando a escola constrói espaços seguros de fala, possibilita que sofrimentos historicamente silenciados encontrem formas legitimas de expressão, fortalecendo vínculos de confiança e pertencimento.

A análise dos bilhetes revelou que muitos estudantes carregam experiências de sofrimento que atravessam suas trajetórias escolares e familiares. Embora a atividade tivesse como foco o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, os registros evidenciaram que a violência vivida pelos adolescentes assume múltiplas formas e se expressa por meio de palavras, silenciamentos, humilhações, julgamentos, medo e relações marcadas por insegurança.

Os registros demonstram que as experiências de sofrimento relatadas pelos estudantes não se restringem a episódios isolados de violência, mas se articulam a contextos mais amplos de fragilidade emocional, relações familiares conflituosas, insegurança afetiva, preconceito e dificuldades de convivência. Esse aspecto reforça a compreensão de que a violência contra crianças e adolescentes precisa ser analisada de forma multidimensional, considerando fatores emocionais, sociais, relacionais e institucionais que atravessam a vida dos sujeitos.

Além disso, muitos relatos evidenciam dificuldades relacionadas ao ato de falar sobre o sofrimento vivido. O medo de julgamento, a vergonha, a insegurança e a ausência de adultos percebidos como confiáveis aparecem como elementos que contribuem para o silenciamento de experiências dolorosas. Tal aspecto reforça a importância da construção de ambientes escolares acolhedores e emocionalmente seguros.

Antes da apresentação da tabela, destaca-se que as frases indicadas não correspondem à reprodução literal dos bilhetes, mas a formulações anonimizadas construídas a partir das recorrências identificadas. Essa decisão metodológica busca preservar os estudantes, evitando a exposição pública de experiências potencialmente traumáticas. A Tabela 1 sintetiza as principais categorias observadas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

Tabela 1 - Categorias temáticas emergentes dos bilhetes anônimos

Categoria temática	Síntese dos registros observados	Frases-síntese anonimizadas
Sofrimento emocional e violência verbal	Relatos de tristeza, mágoas, humilhações, julgamentos e palavras ofensivas ditas por familiares ou pessoas próximas.	“Palavras também machucam.” / “Às vezes, dói mais quando vem de casa.”
Medo e insegurança	Registros de medo de homens, receio de falar sobre experiências vividas e dificuldade de confiar em adultos.	“Tenho medo de falar e não acreditarem em mim.” / “Nem sempre a gente se sente seguro.”
Bullying e preconceito	Apontamentos sobre xingamentos, fofocas, julgamento dos colegas e preconceito relacionado à aparência, identidade ou orientação sexual.	“O julgamento dos colegas machuca.” / “Ser diferente não deveria ser motivo de dor.”
Violência familiar e relações abusivas	Indícios de conflitos familiares, falas agressivas, controle, abandono emocional e relações marcadas por sofrimento.	“Dentro de casa também precisamos de respeito.” / “Nem todo mundo percebe quando a gente está sofrendo.”
Relatos sensíveis de abuso ou violação de direitos	Mensagens que indicam possíveis experiências de abuso, assédio ou outras situações de violação, exigindo sigilo e encaminhamento cuidadoso.	“Preciso de ajuda, mas tenho medo.” / “Tem coisas que a gente não consegue contar em voz alta.”

Fonte: Elaboração própria, com base nos bilhetes anônimos produzidos durante a ação educativa.

As categorias identificadas demonstram que o sofrimento vivido por muitos adolescentes ultrapassa situações explicitas de violência física ou sexual, envolvendo também formas silenciosas de violência emocional, humilhação, desvalorização, isolamento e insegurança afetiva. Em diversos casos, os relatos revelam experiências marcadas pela dificuldade de pertencimento, medo constante e ausência de escuta qualificada nos diferentes espaços de convivência.

Os achados também evidenciam que a escola frequentemente se torna um dos poucos espaços onde crianças e adolescentes conseguem expressar emoções e conflitos que permanecem inviabilizados em outros contextos sociais. Isso reforça a importância de fortalecer práticas pedagógicas voltadas ao acolhimento, a convivência democrática, a integralização da proteção e a construção de vínculos seguros entre estudantes e profissionais da educação.

Nessa perspectiva, campanhas educativas como a Campanha Faça Bonito assumem relevância não apenas pelo caráter informativo, mas também pela possibilidade de romper silenciamentos históricos relacionados as violências que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

atravessam a infância e a adolescência. Quando desenvolvidas de forma ética, contínua e articulada a rede de proteção, essas ações contribuem para ampliar o reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes e fortalecer a cultura institucional de cuidado.

A Tabela 1 demonstra que os relatos dos estudantes ultrapassaram a temática estrita da violência sexual, evidenciando um conjunto de sofrimentos que envolvem família, escola, relações entre pares e experiências de medo. Esses elementos indicam que ações de prevenção precisam ser articuladas a práticas permanentes de cuidado, convivência democrática, proteção integral e encaminhamento responsável.

A presença de relatos sensíveis exige que a escola trate os registros com sigilo e prudência. O material não deve ser exposto em redes sociais, murais ou apresentações públicas, pois sua divulgação pode produzir constrangimento, identificação indireta ou revitimização. Ao contrário, deve subsidiar procedimentos internos de acolhimento e articulação com a rede de proteção, sempre respeitando os limites da atuação pedagógica.

4.2 Análise da experiência e encaminhamentos institucionais

A ação realizada evidencia que a escola é um espaço privilegiado para a construção de práticas de proteção e cuidado. Os bilhetes anônimos demonstraram que, quando há um ambiente minimamente seguro, os estudantes conseguem expressar sentimentos e experiências que frequentemente permanecem invisíveis no cotidiano escolar.

A experiência analisada demonstra que a escola pode assumir papel decisivo na identificação de sofrimentos frequentemente invisibilizados nos demais espaços sociais. Quando crianças e adolescentes percebem que existem adultos disponíveis para ouvir sem julgamento, parte dos silêncios relacionados ao medo, a violência e a insegurança começam a encontrar possibilidade de expressão.

Nesse sentido, a construção de uma escola protetiva depende não apenas da realização de campanhas educativas, mas da consolidação de práticas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

permanentes de acolhimento, respeito, escuta e fortalecimento dos vínculos humanos no cotidiano escolar. A confiança institucional constitui elemento central para que estudantes se sintam seguros para buscar ajuda diante de situações de sofrimento ou violação de direitos.

A atividade também revelou que o enfrentamento à violência sexual não pode ser tratado de forma isolada. Os relatos apontam para uma rede mais ampla de violências, envolvendo sofrimento emocional, bullying, preconceito, medo, conflitos familiares e possíveis situações de abuso. Isso demonstra que a proteção integral exige uma leitura ampliada da vida dos estudantes e de suas condições concretas de existência.

Os resultados também dialogam com discussões contemporâneas acerca do crescimento das violências emocionais e digitais que atravessam a infância e a adolescência. Situações relacionadas ao cyberbullying, exposição indevida, humilhação virtual, isolamento social e sofrimento emocional aparecem de forma cada vez mais frequente nos contextos escolares, exigindo que a proteção integral seja pensada para além das formas tradicionais de violência.

Nesse cenário, compreender os sofrimentos vividos pelos estudantes implica reconhecer que muitas violências se manifestam de maneira silenciosa, indireta e emocionalmente complexa. Nem sempre o sofrimento aparece em relatos explícitos. Em diversos casos, ele se expressa por meio de mudanças comportamentais, retraimento, medo, agressividade ou dificuldade de interação social.

A ação mostrou que campanhas educativas têm potência formativa quando articulam informação, sensibilidade e responsabilidade institucional. No entanto, também demonstrou que a abertura da escuta precisa ser acompanhada por procedimentos claros. Uma escola que convida o estudante a falar deve estar preparada para acolher, proteger e encaminhar.

Os bilhetes anônimos não podem ser tratados como simples registros de uma atividade pedagógica. Eles constituem sinais de sofrimento e, em alguns casos, possíveis indícios de violação de direitos. Por isso, exigem cuidado ético,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

sigilo, análise criteriosa pela equipe gestora e pedagógica e, quando necessário, acionamento dos órgãos competentes.

A condução ética desses registros constitui aspecto fundamental para evitar práticas institucionais revitimizadoras. Expor relatos sensíveis, insistir em detalhes desnecessários ou transformar manifestações de sofrimento em material de curiosidade pública pode ampliar danos emocionais já existentes. Por essa razão, a escuta escolar precisa estar fundamentada nos princípios da proteção integral, do sigilo, da dignidade humana e do encaminhamento responsável junto a rede de proteção.

A lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9603/2018 reforçam que crianças e adolescentes vítimas u testemunhas de violência devem ser protegidos contra exposições repetitivas e abordagens inadequadas que provoquem constrangimento ou aprofundamento do sofrimento. No contexto escolar, isso exige preparo institucional, definição de fluxos internos e clareza sobre os limites da atuação pedagógica.

Como encaminhamento pedagógico, recomenda-se que os bilhetes permaneçam sob sigilo, sem divulgação pública de imagens, nomes, turmas ou transcrições completas. O material deve ser analisado apenas por profissionais responsáveis, em ambiente reservado, observando os princípios de proteção e confidencialidade.

Os relatos mais graves devem ser encaminhados à equipe gestora e pedagógica da escola, para avaliação cuidadosa e definição dos procedimentos cabíveis. Quando houver indícios de violência, abuso, exploração sexual ou outra violação de direitos, a rede de proteção deve ser acionada, incluindo Conselho Tutelar, assistência social, serviços de saúde, órgãos de segurança e canais oficiais de denúncia.

Os relatos mais graves devem ser encaminhados a equipe gestora e pedagógica da escola para avaliação cuidadosa e definição dos procedimentos cabíveis. Quando houver indícios de violência, abuso, exploração sexual ou outra violação de direitos, a rede de proteção deve ser acionada, incluindo CT –

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

Conselho Tutelar, assistência social, serviços de saúde, órgãos de segurança e canais oficiais de denúncia.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre o preparo das equipes escolares para acolher situações de sofrimento, realizar encaminhamentos responsáveis e atuar sem produzir práticas revitimizadoras. A complexidade dessas demandas evidencia a importância da formação continuada, do fortalecimento da gestão escolar e da articulação com a rede de proteção.

Recomenda-se, ainda, a realização de novas rodas de conversa com os estudantes, abordando temas como autocuidado, proteção, respeito ao corpo, direitos de crianças e adolescentes, bullying, preconceito, violência sexual, relações abusivas, saúde emocional e canais de ajuda. Tais ações precisam ser contínuas, planejadas e pedagogicamente orientadas.

A continuidade dessas ações é fundamental para que a proteção integral não seja percebida apenas como pauta vinculada ao calendário escolar, mas como compromisso ético permanente da instituição educativa. Quando desenvolvidas de forma contínua e articulada ao projeto político pedagógico, ações de escuta, acolhimento e prevenção fortalecem vínculos, ampliam o sentimento de pertencimento e contribuem para a construção de ambientes escolares mais seguros e humanizados.

Por fim, é fundamental investir na formação continuada dos profissionais da escola. O enfrentamento à violência sexual exige preparo para identificar sinais, acolher relatos, evitar revitimização, preservar o sigilo e realizar encaminhamentos adequados. A gestão escolar deve assumir papel coordenador desse processo, fortalecendo a cultura institucional de proteção integral.

5. Conclusão

A Campanha Faça Bonito realizada na Escola Estadual Esperança da Floresta constituiu uma experiência significativa de mobilização, escuta e formação cidadã. A participação dos estudantes demonstrou a relevância do tema e a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

urgência de fortalecer ações permanentes de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O estudo de caso evidencia que a escola não é apenas lugar de ensino, mas também espaço de proteção, cuidado e reconhecimento das dores que atravessam a vida dos estudantes. Os bilhetes anônimos revelaram que muitos adolescentes carregam sofrimentos invisibilizados, relacionados a violências simbólicas, emocionais, familiares, escolares e, em alguns casos, possivelmente sexuais.

A experiência analisada também evidencia que práticas de escuta e acolhimento desenvolvidas no ambiente escolar possuem potencial significativo para fortalecer vínculos de confiança, pertencimento e proteção entre estudantes e profissionais da educação. Em muitos contextos, a escola constitui um dos poucos espaços onde crianças e adolescentes conseguem manifestar medos, inseguranças e sofrimentos que permanecem invisibilizados em outros ambientes sociais.

A experiência demonstrou que o enfrentamento à violência exige atuação coletiva e articulação entre escola, gestão pública, profissionais especializados e rede de proteção. A sensibilização dos estudantes é necessária, mas insuficiente quando não acompanhada de fluxos institucionais, protocolos de acolhimento e formação dos profissionais da educação.

Os resultados do estudo também reforçam a necessidade de investimentos permanentes na formação continuada de gestores professores e equipes pedagógicas, especialmente no que se refere a proteção integral, a escuta protegida, a prevenção de revitimização e aos fluxos de encaminhamentos previstos na Lei nº 13431/2017 e no Decreto 9603/2018. Em um cenário marcado pelo crescimento das violências emocionais e digitais que atravessam a infância e a adolescência, fortalecer a atuação da escola como espaço protetivo torna-se compromisso ético, pedagógico e institucional.

Conclui-se que a Campanha Faça Bonito não deve ser compreendida apenas como uma ação pontual vinculada ao calendário escolar, mas como parte de uma política permanente de cultura da proteção. Para isso, é necessário garantir

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

formação docente, apoio à gestão escolar, escuta qualificada dos estudantes, protocolos de encaminhamento e fortalecimento da rede de proteção.

Proteger crianças e adolescentes constitui responsabilidade social, ética, pedagógica e institucional. Fazer bonito significa acolher, escutar, orientar, proteger e assegurar que nenhuma criança ou adolescente tenha sua voz silenciada diante da violência. Significa, sobretudo, reconhecer que a proteção integral começa, muitas vezes, nos espaços cotidianos em que alguém encontra coragem para falar e confiança para ser ouvido.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Decreto nº. 9603 de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra crianças e adolescentes: ocorrências, conceituação e enfrentamento. Brasília, DF: CECRIA, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÙBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/04/2026 - **Accepted:** 02/06/2026
Vol: 13.12
DOI: 10.66104/a6k3ys60
Pages: 1-25

MALVEIRA, Simone. Aprender para Proteger: Eu faço parte da rede de proteção contra violência. São Paulo, SP: Editora Lux, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.